

# **Acesso ao Livro Didático e ao Livro Técnico Científico no Brasil**

Bráulio Santos Rabelo de Araújo

GPOPAI-USP – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação

[www.gpopai.usp.br](http://www.gpopai.usp.br)

## Contexto da Pesquisa

- Debate em torno do direito autoral: equilíbrio entre interesse público e privado.
- Estado é o maior financiador da pesquisa científica, educação e cultura no Brasil.
- Indústria do livro é uma das principais beneficiárias. O Estado atua de 4 formas: (i) imunidade e isenção fiscal, (ii) financiamento da produção de conteúdo (bolsas e professores universitários), (iii) editoras universitárias e (iv) compras governamentais.
- Falta de dados a respeito desses investimentos e dos retornos oferecidos pela indústria aos cidadãos.
- Possibilidade de aperfeiçoar as atuais políticas voltadas à promoção de acesso ao conhecimento, considerando em especial a utilização de recursos abertos.

## **Objetivo da Análise**

- Analisar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) avaliando a possibilidade de ampliação do acesso ao livro didático no Brasil.
- O PNLD é um dos principais programas educacionais e tem sido aperfeiçoado ao longo dos anos.
- Contudo, há possibilidade de aperfeiçoá-lo ainda mais por meio da gestão dos direitos autorais dos livros didáticos.

## **Imunidade e Isenção Tributária na Produção de Livros**

### Artigo 150 da Constituição Brasileira de 1988:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

### Artigo 28 da Lei 10865 de 30 de abril de 2004:

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de: (...)

VI - livros, conforme definido no art. 2º da Lei no 10.753, de 30 de outubro de 2003; (Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004).

## Imunidade e Isenção Tributária na Produção de Livros

### Objetivos

- Promover o acesso à cultura, educação, informação e a liberdade de expressão.
- “A imunidade tributária sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão tem por escopo evitar embaraços ao exercício da liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, bem como facilitar o acesso da população à cultura, informação e à educação.” Acórdão STF Recurso Extraordinário 221.239-6 SP.
- “(...) a garantia da imunidade estabelecida pela ordem constitucional brasileira em favor dos livros, dos jornais, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão (...) reveste-se de significativa importância de ordem político jurídica destinada a preservar e a assegurar o próprio exercício das liberdades de manifestação do pensamento e de informação jornalística, valores em função dos quais essa prerrogativa de índole tributária foi conferida, instituída e assegurada”. Voto do STF Ministro Celso de Mello no Recurso Extraordinário 174.476-6 SP.

## Subsídio Público por meio de Imunidade e Isenção Tributária

30 a 34% do faturamento da indústria do livro

Estimativa do subsídio público na forma de imunidade às editoras  
(em milhões de reais, valor de 2006)

Ano	Faturamento das Editoras	Subsídio IPI	Subsídio ICMS	Subsídio PIS/COFINS	Total Subsídios por meio de Imunidade/Isenção Fiscal	Subsídio público frente ao faturamento das Editoras
2001	2.798	420	428	--	848	30,30%
2002	2.801	420	429	--	849	30,31%
2003	2.700	405	413	--	818	30,29%
2004	2.655	398	406	--	804	30,28%
2005	2.642	396	404	96	801	30,31%
2006	2.880	432	441	105	978	33,95%

Fonte: GPOP/USP

## Subsídio Público por meio de Imunidade e Isenção Tributária

Comparação entre o orçamento do Ministério da Cultura e a estimativa de subsídio público concedido à Indústria Editorial

Ano	Orçamento do Ministério da Cultura	Subsídio Público à Indústria do Livro
2001	461	848
2002	485	849
2003	443	818
2004	369	804
2005	N. A.	801
2006	N. A.	978

Fonte: Ministério do Planejamento; GPOPAI-USP

**Acesso a Livros Didáticos**  
**O mercado de livros didáticos (2007)**

	Títulos	Exemplares	Faturamento
Livros didáticos (governo)*	s/d	<b>35,19%</b>	<b>31,79%</b>
Livros didáticos (total)	37,3%	<b>61,49%</b>	<b>42,49%</b>
Outros livros	63,7%	38,51%	57,51%
Total	100%	100%	100%

\* Inclui os programas: PNLD, PNLEM e PNBE  
**Fonte: CBL; SNEL, 2008.**

## **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**

- É o principal programa do governo federal para aquisição de livros.
- Instituído pelo Decreto 91.542 de 19.08.1985, tem como objetivo principal conceder acesso universal aos livros didáticos para os alunos do ensino fundamental.
- É pautado pela busca da qualidade dos conteúdos, diversidade da oferta e liberdade de cátedra do docente.

## **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**

Apesar de um início hesitante, marcado pela falta de recursos no ano de 1992, o programa se consolidou ao e teve avanços significativos longo do tempo:

- Fonte de recursos regular (a partir de 1993);
- Processo de seleção pedagógica (a partir de 1996);
- Distribuição com antecedência ao início do ano letivo (a partir do ano 2000);
- Cobertura para todas as disciplinas;
- Inclusão de dicionários (a partir do ano 2000) e outros materiais didáticos complementares (atlas geográfico em 2003).

Recursos destinados ao PNLD (em valores correntes, incluindo gastos com dicionários)  
e número de exemplares adquiridos - 1997-2007

Ano	Recursos em R\$	Número de exemplares (* inclui dicionários)
1997	253.871.511	84.254.768
1998	373.008.768	109159542
1999	249.053.552	72.616.050
2000	474.334.699	130.283.354* (20.231.351 dicionários)
2001	539.040.870	120.695.592* (10.140.546 dicionários)
2002	266.128.366	57.024.873* (4.528.041 dicionários)
2003	574.839.852	119.287.883* (3.349.920 dicionários)
2004	619.247.203	111.189.126
2005	352.797.577	50.649.055* (6.403.759 dicionários)
2006	563.725.709,98	102.521.965
2007	679.948.005 (previsão)	110.241.724

Fonte: Ministério da Educação

## **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Processo de Seleção e Aquisição**

- Processo de seleção inicia-se com edital de inscrição de livros publicado pelo governo no início de cada ano do ciclo.
- Avaliação técnica quanto a critérios físicos e técnicos (IPT).
- Avaliação pedagógica, organizada pela Secretaria de Educação Básica do MEC.
- Publicação do Guia do Livro Didático na Internet e envio a professores.

## **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Processo de Seleção e Aquisição**

- Escolha dos livros por professores e diretores das escolas públicas - duas alternativas em ordem crescente de interesse.
- A escolha é feita de forma autônoma e por disciplina para toda a escola.
- Os livros devem ser escolhidos de forma conjunta para todos os turnos e para todas as séries do ciclo – por exemplo, um determinado livro de História para todos os alunos de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série da mesma escola.
- A partir da escolha, governo encarrega-se da negociação com as editoras para impressão dos livros escolhidos
- Distribuição: responsabilidade e custos cabem ao governo. Realizada por meio de acordo com os Correios. Livros devem chegar às escolas antes do início das aulas.

**Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas  
Concentração no Mercado Editorial Brasileiro**

Percentual de exemplares adquiridos pelo governo e de títulos ofertados no Guia do Professor por editora no PNLD 2006-2007

Editora	Exemplares adquiridos	Títulos ofertados
FTD	22,82%	17,45%
Moderna	19,75%	8,96%
Ática	13,43%	14,94%
Saraiva	10,36%	15,04%
Positivo/ Nova Didática	7,26%	5,78%
Scipione	6,92%	11,57%
IBEP	5,14%	6,94%
Brasil	4,45%	7,18%
Demais editoras*	9,87%	12,14%
Total	100%	100%

Fonte: FNDE

Elaboração GPOPAI

\* 8 outras editoras no total

Exemplares adquiridos e títulos ofertados no Guia do Professor por grupo editorial no PNLD 2006-2007

Grupo editorial	Exemplares adquiridos	Títulos ofertados
Editora FTD	22,82%	17,45%
Abril Educação (Ática/ Scipione)	20,35%	26,51%
Santillana (Moderna)	19,75%	8,96%
Grupo Saraiva (Saraiva/ Atual/ Formato)	10,36%	15,04%
Grupo Positivo (Positivo/ Nova Didática)	7,26%	5,78%
IBEP/ Nacional	5,19%	6,94%
Editora do Brasil	4,45%	7,18%
Outros grupos	9,82%	12,14%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: FNDE (elaboração GPOPAI)

Percentual de títulos co-editados com o governo durante o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental - 1971-1981

Editora	Títulos co-editados
Editora do Brasil	14%
FTD	10%
Abril	8%
IBEP	7%
Editora ao Livro Técnico	6%
Tabajara	5%
Demais editoras	50%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Oliveira et al., 1984

**Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas**  
**Concentração Geográfica**

Compras do FNDE por UF entre 1998 e 2006 (a preços de 2006)

UF	Nº firmas	Compra (R\$ milhões)	%
SP	52	3.868,5	86,49
RJ	19	330,4	7,38
PR	8	164,6	3,68
MG	11	87,6	1,96
RS	5	17,0	0,38
Outros	6	4,6	0,10
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>4.472,9</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Rais/MTE

Elaboração: IPEA, 2007

**Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas**  
**Gastos de Distribuição**

- De 1998 a 2006 o FNDE gastou cerca de R\$618,4 milhões de reais com distribuição, o que representa cerca de 14% dos gastos com a compra de livros, que foi de R\$4.472,9 milhões (IPEA, 2007).
  
- A previsão para 2009 era de que o governo federal investisse R\$ 577,6 milhões na compra de livros e mais de R\$110 milhões em distribuição. A distribuição assim representaria cerca de 19% do gasto com aquisição dos livros (Ministério da Educação).

## Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas

### Seleção Privada

- PNLD é limitado à participação de editoras. Autores não podem participar diretamente. Primeira seleção é portanto privada, realizada pelas Editoras.
- Qualidade da seleção privada é questionável, conforme os números das avaliações pedagógicas introduzidas a partir de 1996.

Resultado das avaliações de 1a a 4a Série (1996 a 004)							
	Obras Inscritas	Recomendadas com distinção	Recomendadas	Recomendadas com ressalvas	Não recomendadas	Excluídas	Porcentagem de obras não recomendadas e/ou excluídas
PNLD 1997	466 livros		63	42	281	80	77,5%
PNDL 1998	454 livros	19	47	101	211	76	63,2%
PNDL 2001	569 livros	35	76	210	-	248	43,6%
PNDL 2004	159 coleções e 101 livros isolados	12	60	112	-	65	25%

Fonte: Guia de Livros Didáticos publicados de 1996 a 2003 [[www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)] e Cassiano

Resultado das avaliações de 5a a 8a Série (1996 a 004)							
	Obras Inscritas	Recomendadas com distinção	Recomendadas	Recomendadas com ressalvas	Não recomendadas	Excluídas	Porcentagem de obras não recomendadas e/ou excluídas
PNLD 1999	438 livros	6	61	151	-	220	50,2%
PNDL 2002	104 coleções	4	18	43	-	39	37,5%

Fonte: Guia de Livros Didáticos publicados de 1996 a 2003 [www.fnde.gov.br] e Cassiano 2007.

Resultado das avaliações de de livros didáticos PNLD 2005 e 2007				
	Obras Inscritas	Aprovadas	Excluídas	Porcentagem de obras não recomendadas e/ou excluídas
PNLD 2005	129 coleções	92	37	28,7%
PNDL 2002	183 cleções e 120 livros	240	63	20,8%

Fonte: Guia de Livros Didáticos publicados de 1996 a 2003 [www.fnde.gov.br] e Cassiano 2007.

## **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas Publicidade**

- Estudo do BNDES estima que 10% dos livros didáticos produzidos no país são doados aos professores como forma de divulgação (Earp; Kornis, 2005).
- Se essa estimativa for correta, o grupo empresarial com maior número de exemplares vendidos no ciclo de compras de 2006-2007 teria produzido nestes dois anos 48,5 milhões de exemplares apenas para promoção.
- Inúmeras estratégias promocionais como a visita de divulgadores das editoras, distribuição de *folders*, catálogos e outros materiais promocionais, distribuição de brindes, realização de palestras e eventos com autores e a distribuição gratuita de exemplares (Cassiano, 2007).

## **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas**

### **Publicidade**

- Estratégias de promoção têm sido combatidas pelo Ministério da Educação: (i) portaria 2.963 de 29 de agosto de 2005, que proíbe brindes, utilização de material de propaganda que pareça vir do PNLD ou que use logomarcas do programa, roubo de senhas, divulgação pessoal nas escolas e "orientação pedagógica"; e, (ii) portaria normativa no 7 de 5 de abril de 2007 que, além das proibições de 2005, acrescenta a proibição de divulgação de livros com diferenças em relação àqueles ofertados no PNLD, divulgação após o envio do Guia do Professor e o patrocínio de eventos relacionados ao Programa (Ministério da Educação, 2005 e Ministério da Educação, 2007).
- Não obstante, as editoras têm inovado nas suas estratégias promocionais, fazendo publicidade na TV e organizando congressos pedagógicos nos quais promovem seus produtos (Cassiano, 2007).
- Editoras que não dispõem de capital para divulgação promocional vêm as chances de ter seus livros adotados bastante reduzidas.
- Processo de seleção que deveria ser essencialmente pedagógico acaba por ter influência econômica.

## Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas

### Estímulo a pequenas empresas

- Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece que o governo deve orientar suas compras de forma a privilegiar os bens e serviços oferecidos por microempresas e empresas de pequeno porte. A lei estabelece em seu artigo 48 que 25% do valor licitado pela administração pública em um ano deve ser adquirido em bens e serviços de microempresas e empresas de pequeno porte.

Compras do FNDE pelo corte da editora no período de 1998 a 2006 (em R\$ milhões, a preços de 2006)

Porte	Editoras		Valor das compras	
	Número	%	R\$ milhões	%
Micro	43	42,58	214,5	4,80
Pequena	35	34,65	696,8	15,58
Média	8	7,92	92,5	2,07
Grande	15	14,85	3.469,0	77,55
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>100,00</b>	<b>4.472,9</b>	<b>100,00</b>

Fonte: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e RAIS/MTE.

Elaboração: IPEA, 2007

## Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas

## Poder de Compra do Governo x Monopólio das Editoras

- Governo é responsável pela compra de 61,49% dos exemplares e por 42,49% do faturamento;
- Economias de escala na edição e na impressão de livros

Número de Exemplares	Custo Médio	Custo da Impressão
600	18,00	
1000	10,00	2,70
2000	7,00	2,10
5000	4,00	1,40
10000	2,50	

Fonte: Earp e Kornis, 2005

- Editoras detêm monopólio conferido pelo direito autoral.
- Assimetria de informação: Editoras conhecem quantidade demandada e prazo para negociação. Governo faz análise técnica de custos do livro baseado na tiragem e no número de páginas. Poder de negociação restrito aos 2 livros escolhidos pelos professores.
- Questão: Governo consegue utilizar seu poder de compra para reduzir preço dos livros?

## **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas Poder de Compra do Governo x Monopólio das Editoras**

- Estudo do IPEA mostra que não.
- Preço médio do livro didático sofreu um aumento de 217% no período de 1994 a 2005, subindo de R\$2,20 para R\$6,97.
- Esse aumento foi semelhante à inflação dos preços da indústria da transformação (223%), o que evidencia que, apesar do volume de compras do governo ter aumentado ao longo do período, gerando economias de escala para indústria, os preços subiram em ritmo semelhante ao aumento de preços da indústria (IPEA, 2007)

**Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Problemas  
Poder de Compra do Governo x Monopólio das Editoras**

Compras de livros didáticos de 1994 a 2005

Ano	Compras de Livros quantidade valor		Preço médio do livro didático		Índice de preços da indústria da transformação
	(em milhões)	(em R\$ milhões)	(em R\$)	Índice)	
1994	56,97	125,66	2,20	100,00	100,00
1995	80,27	196,41	2,45	111,36	113,83
1996	84,73	223,25	2,63	119,55	118,19
1997	84,25	253,87	3,01	136,82	121,71
1998	109,16	373,01	3,42	155,45	121,70
1999	72,62	249,05	3,43	155,91	155,39
2000	130,28	474,33	3,64	165,45	173,29
2001	120,70	539,04	4,47	203,18	191,45
2002	57,02	266,13	4,67	212,27	250,63
2003	119,29	574,84	4,82	219,09	267,19
2004	111,19	619,25	5,57	253,18	319,52
2005	50,65	352,80	6,97	316,82	322,96

Fontes: FNDE e FGV  
Elaboração: IPEA, 2007

## **Acesso a Livros Didáticos e Recursos Educacionais Abertos**

### **Sugestão de Política Pública para o Aperfeiçoamento do PNLD**

- Separação entre aquisição de conteúdos e a aquisição dos livros impressos no PNLD.
- O edital de seleção de obras deve se restringir à seleção de conteúdo, deixando a avaliação da qualidade técnica do impresso para um segundo momento.
- A inscrição de obras deve ser aberta a autores, e não apenas a editoras.
- O governo deve, assim, adquirir o conteúdo dos livros por meio de contrato de cessão de direitos autorais. Nesse sentido, deve formular de política de remuneração de autores. **Objetivo:** equilibrar o interesse de autores, governo e público.
- Tendo adquirido os conteúdos, o governo deve não apenas imprimir os conteúdos, mas também disponibilizar os livros livremente na Internet, com uma licença de direito autoral que permita a reprodução para fins educativos e não comerciais.

## **Sugestão de Política Pública para o Aperfeiçoamento do PNLD**

### **Solução dos Problemas**

- **Ampliação da liberdade de cátedra e do pluralismo pedagógico.** A diversificação do material didático adquirido permitiria que professores descontentes com a decisão para a aquisição do livro físico possam fazer uso de livros digitais disponíveis na Internet. Manter-se-iam, assim, as inegáveis conquistas da distribuição física dos livros didáticos e somar-se-iam a elas os benefícios de uma oferta complementar de materiais didáticos.
- **Ampliação do acesso dos materiais didáticos** a um público maior de estudantes de escolas privadas, alunos que abandonaram o ensino e cidadãos já formados que por qualquer motivo queiram retomar tópicos escolares e melhorar sua formação.

## Sugestão de Política Pública para o Aperfeiçoamento do PNLD

### Solução dos Problemas

- **Redução da seleção privada dos livros.** Processo inicial que hoje é interno às empresas tornar-se-ia público a partir do edital de seleção de obras do governo. Ao invés de um agente privado definindo o que será ofertado, teríamos um processo público.
- **Ampliação e diversificação do conteúdo.** Editoras passariam a ter, como concorrentes, os autores e eventuais organizações de autores (sociedades e associações). Poderíamos, então, esperar uma maior diversidade de conteúdos inscritos no PNLD.
- **Ampliação da concorrência na impressão dos livros.** Monopólio das editoras em virtude da posse do direito autoral seria quebrado de forma que novas empresas (gráficas) poderiam participar da concorrência pela impressão dos livros. A esse respeito, Earp e Kornis (2005) ressaltam que grande parte das editoras não utiliza instalações próprias para a impressão dos livros – ao menos 70% dos exemplares são impressos em gráficas alheias (EARP, 2005).

## **Sugestão de Política Pública para o Aperfeiçoamento do PNLD**

### **Solução dos Problemas**

- **Impactos econômicos positivos para o Estado.** Ao se separar a aquisição de conteúdo da aquisição do livro impresso, introduzir-se-ia a competição na fase da impressão do livro didático.
- **Desconcentração geográfica e redução de custos de distribuição.** A abertura do processo de concorrência pela impressão dos livros, trazendo as gráficas para esse processo permitiria ao governo descentralizar a impressão dos livros, direcionando essa impressão a empresas regionais, mais próximas dos locais onde livros serão distribuídos, permitindo assim a redução dos custos de distribuição.
- **Favorecimento dos autores: redução da independência frente a editoras.** Possibilidade de vender o conteúdo do livro diretamente ao governo diminuiria a dependência dos autores frente às editoras.

## **Sugestão de Política Pública para o Aperfeiçoamento do PNLD**

### **Solução dos Problemas**

- **Política pública de remuneração dos autores de livros.** Autores reclamam de serem remunerados abaixo do nível do resto do mercado editorial (Neto, 2008). Poderia ser estabelecida pelo Estado uma política de remuneração aos autores. A remuneração poderia inclusive para compensar eventuais prejuízos advindos da redução das vendas do livro no mercado privado causadas pela disponibilização online. Parte ou mesmo a totalidade destes custos poderiam ser cobertos pela esperada economia advinda da introdução de competição no processo de impressão.
- **Desconcentração no mercado editorial.**
- **Favorecimento da pequena empresa** – gráficas e organizações de autores.
- **Redução do estímulo à publicidade.** Objetivo seria o de reduzir a influência de fatores econômicos em um julgamento que deveria ser de natureza exclusivamente pedagógica;

## **Acesso a Livros Didáticos no Brasil**

### **Conclusão**

- O estímulo público à indústria do livro, seja por meio de subsídio fiscal, seja por meio de compras governamentais tem por objetivo ampliar o acesso à cultura e efetivar o direito à educação.
- Esse estímulo deve ter como contrapartida a ampliação do acesso ao conhecimento (acesso aos livros) e a diversificação da sua produção (diversificação de autores e conteúdo).
- PNLD vem se consolidando como um dos programas governamentais mais importantes na área de educação.
- Apesar dos inconvenientes de uma reestruturação do Programa, a proposta aqui colocada permitiria: (i) cumprir de forma mais efetiva com seus objetivos: universalidade de acesso, garantia de qualidade e preservação da pluralidade pedagógica do ensino, (ii) ampliar significativamente de seus benefícios.

## O mercado dos livros técnico-científicos

A Câmara Brasileira do Livro divide os livros em quatro categorias: (i) livros didáticos; (ii) obras gerais; (iii) livros religiosos; e (iv) livros técnico-científicos.

[Livros técnicos e científicos são livros utilizados para educação acadêmica e profissional.]

**Tabela 1:**  
**Produção de livros científicos, técnicos e profissionais**  
**Ano de referência: 2006**

	<b>Títulos</b>	<b>Exemplares</b>	<b>Faturamento</b>
Números absolutos	12.081	22.015.013	R\$ 418.550.460,26
Relação ao total	25,25%	6,87%	19,48%

Fonte: CBL/ SNEL, 2007

**Tabela 2:**  
**Tiragem e preço médios dos livros científicos, técnicos e profissionais**  
**Ano de referência: 2006**

<b>Tiragem média</b>	<b>Preço médio</b>
1822 exemplares	R\$ 38,02

Fonte: CBL/ SNEL, 2007

## **Financiamento Público do Conteúdo por meio de Salários a Autores: Amostra**

Havia dados oficiais sobre o investimento público na produção científica, mas não havia análise a respeito do impacto do subsídio público sobre a produção de livros

### 6 cursos:

3 cursos científicos (Física, História e Biologia)

3 cursos profissionais (Engenharia, Direito, Medicina)

### Para cada curso:

Excelência acadêmica: 3 cursos com melhor pesquisa (avaliação de pós-graduação pela CAPES)

Sucesso comercial: 3 cursos mais bem sucedidos comercialmente (número de matrículas segundo INEP)

Amostra com 1910 livros presentes nas bibliografias dos terceiro e quarto semestres de cada curso.

## Financiamento Público do Conteúdo por meio de Salários a Autores

Porcentagem de livros de cursos de graduação cujos autores estavam trabalhando com dedicação integral em instituições públicas	
Tipo de Curso	Porcentagem
Cursos Científicos de Excelência Acadêmica	85,80%
Cursos Científicos de Sucesso Comercial	63,60%
Cursos Profissionais de Excelência Acadêmica	56,54%
Cursos Profissionais de Sucesso Comercial	26,79%

Fonte: GPOPAI-USP

## Financiamento Público do Conteúdo por meio de Salários a Autores e Editoras Universitárias

Porcentagem de livros com financiamento público direto entre todos os livros técnico científicos (por meio de editoras universitárias ou professores trabalhando em instituições públicas)	
Tipo de Curso	Porcentagem
Cursos Científicos de Excelência Acadêmica	43,80%
Cursos Científicos de Sucesso Comercial	42,30%
Cursos Profissionais de Excelência Acadêmica	38,90%
Cursos Científicos de Sucesso Comercial	15,60%

Fonte: GPOPAI-USP

## **Financiamento Público e Privado de Conteúdo por meio de Bolsas de Estudo**

<b>Tipo de Financiamento</b>	<b>Porcentagem</b>
Financiamento Público	92%
Financiamento Privado	8%

Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia

## Investimento Público e Privado na Publicação de Teses e Dissertações

### Investimento privado para a publicação de uma tese (1.800 exemplares a R\$ 38,00 o preço de capa)

Direitos autorais (10%)	R\$ 6.840,00
Lucro da editora	R\$ 10.260,00
<b>Investimento editorial privado (custos editoriais e manufatureiros)</b>	<b>R\$ 17.100,00</b>

Fonte: Earp & Kornis, 2005

Percentual do investimento público e privado em relação aos custos totais de produção de um livro a partir de uma dissertação ou tese

	Dissertação de mestrado	Tese de doutorado
Investimento privado (custos editoriais e manufatureiros)	17,9% (R\$ 17.100,00)	9,9% (R\$ 17.100,00)
Investimento público (bolsas de estudo e custos do aluno na universidade)	82,1% (R\$ 78.409,53)	90,1% (R\$ 155.344,04)

Fonte: GPOPAI

## **Financiamento público a conteúdo e Direito Autoral: Duplo salário é relevante?**

Receita estimada de direito autoral para um pesquisador de Sociologia  
(departamento com melhor avaliação)

Média Anual de Produção de Capítulos	2.02
Média Salarial Mensal	R\$ 9,447.36
Receita estimada com Direito Autoral	R\$ 115.15
Receita de Direito Autoral como Porcentagem do Salário	1.21%

Fonte: GPOPAI-USP

## **Acesso a Livros: Limitações ao Direito Autoral**

Lei de Direito Autoral (Law 9.610/98)

" Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;"

## Acesso a Livros: Limitações ao Direito Autoral

Controvérsia a respeito da interpretação da lei

	<b>Interpretação das editoras</b>	<b>Interpretação da comunidade acadêmica</b>
O que é um pequeno trecho?	Uma parte não substantiva (uma página)	10% do livro ou um capítulo
Quem é o copista autorizado a fazer o uso privado?	O próprio estudante, diretamente	O operador da máquina de cópia, a pedido do estudante
A quem se aplica a interdição de lucro?	Às empresas de reprografia	Apenas ao estudante se for revender a cópia

## **Acesso a Livros: Limitações ao Direito Autoral**

International Intellectual Property Alliance 2008 Special 301 Report

"Perhaps of greatest concern to academic publishers in Brazil is the continued influence of Resolution No. 5213/2005, an administrative rule implemented by the State of São Paulo University (USP) about three years ago. This rule allows (1) reprographic copying of portions of books by commercial, for-profit copy centers and (2) copying of foreign works that are 'not available in the Brazilian market' without a license. It seems that 'not available' means in practice, that if a book is not written in Portuguese and is not for sale in the nearest bookstore, it qualifies under this resolution. The latter provision applies even to the copying of 100% of a work. This ruling presents several problems under international norms and must be revoked. For-profit entities should not be given *carte blanche* to copy works outside the normal bounds of international fair use. Furthermore, "not available in the Brazilian market" has not been defined, and industry reports that in practice this provision is being used to copy *en masse* all foreign works."

## Acesso a Livros: Livros Esgotados

Porcentagem de livros esgotados	
Tipo de Curso	Porcentagem
Cursos Científicos de Excelência Acadêmica	29,7%
Cursos Científicos de Sucesso Comercial	31,00%
Cursos Profissionais de Excelência Acadêmica	26,00%
Cursos Científicos de Sucesso Comercial	28,60%

Fonte: GPOPAI-USP

## **Acesso a Livros: Crescimento do Mercado mas Vendas Estagnadas**

Evolução nas Matrículas do Ensino Superior e nas Vendas de Livros (1996-2006)

Evolução das matrículas no ensino superior e das vendas de livros no período 1996-2006

Matrículas

Crescimento de 238,3%

Vendas de livros

Queda de 4,2%

Fonte: Ministério da Educação e Câmara Brasileira do Livro

## Acesso a Livros: Custos de Aquisição

Custos de aquisição de livros listados na bibliografia obrigatória e renda familiar dos estudantes

<b>Curso</b>	<b>Custo de Aquisição de Livros em um Ano</b>	<b>% de Estudantes com Renda Familiar abaixo de R\$5.000,00</b>
Sistemas de Informação	R\$ 3.915,58	90,6%
Lic. Ciências da Natureza	R\$ 3.640,90	91,3%
Lazer e Turismo	R\$ 4.572,90	81,3%
Marketing	R\$ 4.242,51	76,1%
Tec. Têxtil e da Indumentária	R\$ 4.164,79	79,5%
Gestão Ambiental	R\$ 5.212,69	84,1%
Obstetrícia	R\$ 5.810,46	86,7%
Gerontologia	R\$ 4.417,19	91,2%
Ciências da Atividade Física	R\$ 3.344,75	88,3%
Gestão de Políticas Públicas	R\$ 5.243,02	78,1%

Fonte: GPOPAI-USP

## Acesso a Livros: Livros Esgotados

Livros esgotados listados na bibliografia obrigatória dos cursos

<b>Curso</b>	<b>% de Livros Esgotados</b>
Sistemas de Informação	11,76%
Lic. Ciências da Natureza	35,71%
Lazer e Turismo	9,3%
Marketing	4,55%
Tec. Têxtil e da Indumentária	35,48%
Gestão Ambiental	27,78%
Obstetrícia	40,5%
Gerontologia	41,67%
Ciências da Atividade Física	51,02%
Gestão de Políticas Públicas	17,24%

Fonte: GPOPAI-USP

## Conclusão

- Gestão privada do mercado de livros, a despeito de se beneficiar com alto volume de subsídio público, não tem colaborado com a ampliação do acesso e da produção do conhecimento;
- É ineficiente no desempenho de suas atividades (percentual de livros esgotados);
- Grande parte das cópias não constitui prejuízo ao mercado, pois copista não teria condições financeiras para adquirir livros;
- Estímulo público à indústria do livro deve ter como contrapartida um maior atendimento ao interesse coletivo de acesso ao conhecimento.

## **Proposta de Políticas Públicas**

- Reforma da Lei de Direito Autoral com extensão das limitações ao direito autoral – direito à cópia para fins não comerciais, fins didáticos e científicos, e a cópia de títulos esgotados;
- Criação de programas de livre acesso para Editoras Universitárias;
- Exigência de publicação em acesso aberto para professores de universidades públicas.

## Bibliografia

- BALEEIRO, A. **Direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998.
- BRASIL. **Lei no. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**.
- BRASIL. **Lei no. 10.695, de 1o de julho de 2003**.
- BRASIL. **Lei no. 10.865, de 30 de abril de 2004**.
- BRASIL. **Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006**.
- BRASIL. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de agosto de 1985, p. 12178 Seção I.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.
- CASSIANO, C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. São Paulo: PUC, 2007.
- CBL. **Diagnóstico do setor editorial brasileiro**. São Paulo: 1996-2002.
- CBL/ SNEL. **Produção e vendas do setor editorial brasileiro**. São Paulo: 2003-2008.
- GPOPAI. **O mercado de livros técnico-científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento**. Bauru: Canal 6: 2008.
- EARP, F. S.; KORNIS, G. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- GORINI, Ana Paula Fontenelle, BRANCO, Carlos Eduardo Castello Branco. **Panorama do Setor Industrial Brasileiro**. In BNDES Setorial, n. 11, p. 3-26. Rio de Janeiro, BNDES, 2000.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1985.
- IIPA. **International Intellectual Property Alliance 2007 Special 301 Report**. 2007.
- MARQUES NETO, J. C. **Editoras universitárias brasileiras**. IESALC/ UNESCO, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 2.963 de 29 de agosto de 2005**. Dispõe sobre as normas de conduta para o processo de execução dos Programas do Livro.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria normativa nº 7 de 5 de abril de 2007**. Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Perspectivas do mercado editorial e livreiro para 2005**. Brasília (?): 2005.
- NETO, José de Nicola. **Entrevista realizada em 16 de outubro de 2008**.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo, GUIMARÃES, Sonia Pinto Dantas, BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. Campinas/São Paulo: UNICAMP/Summus, 1984.

SOARES, R. P. **Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo** (Texto para discussão No. 1307). Brasília: IPEA, 2007.

TOLEDO, A.; FAIBIS, L. **Du coût du livre au prix des idées**. Paris: Ministère de la culture et de la communication, 1999.

USP. **Resolução da reitoria 5213**. 18 de maio de 2005.

USP. **Parecer: sugestões para a revisão do parecer normativo CJP 1158/1998**. 2005b.